

TRIBUTOS

MP 1227/24 divide empresas e governo



CAREN MELLO, ESPECIAL PARA O JC,
COM AGÊNCIAS

caren.mello@jcrs.com.br

A compensação de crédito de PIS/Cofins é permitida no Brasil há mais de 20 anos, mas a limitação do uso dos valores, como determina a Medida Provisória (MP) 1227/24, provocou novas reações na última semana. Além de terem sido pegos de surpresa, os 17 setores atingidos avaliavam a alternativa para compensar a desoneração da folha de pagamento. Confisco é um dos termos usados pelo empresariado para definir a determinação do governo federal em manter a MP.

O texto foi publicado na terça-feira, dia 4, no Diário Oficial da União, e já está valendo. Logo em seguida, na quinta-feira passada, a MP foi pauta de reunião no Senado. A Coalizão das Frentes Parlamentares, em reunião com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, pediu que ela seja rejeitada, qualificando a propos-

ta de “MP do fim do mundo”. O grupo reivindicou alternativas para o abatimento de outros tributos. Após o encontro, o líder do União Brasil, Efraim Filho, disse que Pacheco havia determinado à consultoria do Senado um estudo sobre o impacto da MP e, a partir dele, buscar soluções.

Se por parte do governo a medida é chamada de “MP do Equilíbrio Fiscal”, por parte do empresariado é tratada como calote. Isso porque, se antes os setores produtivos podiam contar com a compensação pelos créditos gerados para abater débitos de outros tributos e até contribuições à Previdência, a partir do texto só será permitido abater débitos das mesmas contribuições, PIS e Cofins. Ou seja: para os demais tributos, o empresário terá que abrir o caixa.

O argumento do governo é corrigir distorções do sistema tributário brasileiro sem elevar a alíquota dos tributos e sem prejudicar pequenos contribuintes. O estoque de créditos, diz a Fazen-

da, não permite o pagamento de Imposto de Renda e contribuições previdenciárias.

Mais do que provocar queixas sobre prejuízos aos mais diversos setores da economia, que já são estimados em bilhões de reais, a proposta é avaliada como uma demonstração de que o governo está disposto a tirar dinheiro de onde puder para não cortar gastos. A estimativa é que possa arrecadar R\$ 29,2 bilhões neste ano e mais R\$ 60 bilhões no ano que vem.

A previsão é de que, a partir desse movimento no Senado, uma forte reação vá se estender para o Congresso, com apoio de segmentos empresariais, o que é interpretado como perda de apoio político do setor empresarial ao governo Lula.

Se não houver solução legislativa, a discussão tende a alimentar uma batalha judicial. O tema, por exemplo, mobilizou integrantes da Fiesp. Segundo o diretor jurídico, Flávio Unes, a entidade decidiu que vai apoiar

questionamentos judiciais que venham a ser feitos no STF (Supremo Tribunal Federal) e orientou as associadas a reivindicarem seus direitos na Justiça se entenderem que seja necessário.

Praticamente todos os setores que compõem a base produtiva da economia nacional são afetados pela MP. Já ocorreram manifestações de entidades ligadas à indústria de forma geral e segmentos em particular, como óleo e gás, biocombustíveis, mineração, agronegócio.

Como os créditos são utilizados especialmente por exportadores, a limitação afeta inclusive a dinâmica financeira dos embarques internacionais e a competitividade dos produtos brasileiros no exterior. Já se fala em risco para embarques.

Os compromissos assumidos estão mantidos, mas as tradings já estão refazendo as contas para negociações futuras, uma vez que o produto ficará mais caro.

Exemplo de reação foi o da

Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), que defende as posições das companhias abertas da economia brasileira junto aos centros de decisão e à opinião pública. A entidade, que representa mais de 450 empresas, qualificou a MP de “erro grave”, afirmando que ameaça a reforma tributária, causa insegurança jurídica, afeta as operações das empresas e interrompe projetos de investimentos.

No agronegócio, a MP fortalece o discurso da polarização do “nós contra eles”. Já se fala que a medida é o prenúncio de que Lula pode acabar imitando os governos argentinos peronistas, criando medidas que prejudiquem as exportações. Em nota nesta quinta, a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja) verbalizou o sentimento, registrando que o setor rural e a agroindústria receberam a MP com “grande espanto e revolta”.

LEIA MAIS NA PÁGINA 3